



A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: UMA BREVE ANÁLISE DO PERÍODO 2007 A 2010.

**Clézia De Souza Santos
Cleomar César Macedo Costa
Ana Paula Santos Costa**

RESUMO: A Universidade Federal de Sergipe (UFS), enquanto fundação federal tem por obrigação legal tornar públicas as suas realizações e a aplicação dos seus recursos através de relatórios de gestão, divulgando-os entre os órgãos competentes, a comunidade universitária e a sociedade na qual está inserida. Por este motivo, este artigo tem como objetivo analisar a composição das despesas do grupo “Outras Despesas Correntes” (ODC), realizadas pela UFS no período de 2007 a 2010. Esta pesquisa tem caráter descritivo e quantitativo, sendo os dados coletados dos relatórios de gestão da instituição e do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Em função da análise feita, foi possível concluir que as crescentes despesas executadas pela UFS colaboram para um melhor desempenho da instituição, verificado a partir dos excelentes números que comprovam o crescimento que a instituição de ensino vem obtendo durante os anos analisados.

PALAVRAS-CHAVE: Despesa pública; Execução orçamentária; UFS

1. INTRODUÇÃO

As despesas públicas são o componente essencial para que o Estado disponibilize bens e serviços para a população. Elas devem estar de acordo com as atividades de planejamento e de políticas públicas nas diferentes esferas do governo: saúde, educação, segurança pública, entre outras, com o objetivo de elevar o nível de bem-estar da população.

No caso da educação, a administração pública deve efetuar despesas que promovam a eficiência na prestação dos serviços objetivando alcançar a eficácia nos sistemas de ensino, a fim de atingir níveis aceitáveis de desempenho, de forma a refletir no melhor desenvolvimento acadêmico da instituição. Visando suprir as necessidades e demandas da educação superior, encontram-se dentre as atribuições dos entes públicos:

[...] ampliar e qualificar a formação de quadros técnico-profissionais demandados pelos setores de ciência e tecnologia (C&T), educacional, governamental e produtivo, de modo a oferecer ao país os recursos humanos demandados por um modelo de crescimento econômico que promova a geração de emprego e renda, de natureza redistributiva (CORBUCCI, 2007, p. 7).

O artigo 111 da Lei nº 4.320/1964 demonstra a necessidade de transparência nas contas públicas quando afirma que deve ocorrer a publicação do “balanço consolidado das contas da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e outras entidades, bem como um quadro estruturalmente idêntico, baseado em dados orçamentários”.

A importância da transparência das contas públicas passou a ser mais forte com o advento da Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. A partir desta lei, a administração pública tornou-se obrigada a adotar medidas mais transparentes, com a divulgação de várias informações também em meio eletrônico.

A partir das informações divulgadas pelo ente público, a sociedade tem acesso às fontes de receitas obtidas por determinado órgão e às aplicações dos recursos através das despesas efetuadas pelos gestores, podendo, assim, acompanhar a forma pela qual está sendo aplicado o dinheiro público.

Nesse sentido, a análise dos gastos de um ente público é fundamental para que seja feito uma avaliação acerca do empenho do Estado no atendimento das demandas sociais e do bem-estar da população. Por este motivo, e aplicando a realidade da educação superior, este trabalho procura responder ao seguinte questionamento: Como estão configuradas as despesas referentes ao grupo Outras Despesas Correntes (ODC) da Universidade Federal de Sergipe? Na tentativa de responder a esta questão, esta pesquisa tem como objetivo avaliar a composição das despesas realizadas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), no período de 2007 a 2010. Especificamente visa: i) analisar as ações executadas pela UFS através de seu orçamento e; ii) verificar o desenvolvimento da Instituição na execução dos programas a ele conferidos.

O presente trabalho possui relevância teórica e prática. Teórica por promover uma análise da estrutura da receita e despesa pública; Prática, na medida em que permite a sociedade, e principalmente a comunidade acadêmica, em conhecer a destinação do dinheiro público em uma instituição pública de ensino superior, já que é através dela que o Governo Federal executa seus planos e metas educacionais referentes ao ensino superior no estado de Sergipe.

Assim, além desta introdução, o presente trabalho está composto de mais três seções: Fundamentação Teórica; Metodologia da Pesquisa e Descrição e Análise dos Resultados. Posteriormente são feitas algumas considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica desta pesquisa aborda, inicialmente, a transparência e *accountability* na gestão pública. Em seguida aborda a utilização da contabilidade pública na apuração dos custos a fim de evidenciar o resultado na gestão. Posteriormente é retratado um apanhado geral sobre as universidades públicas, seu papel para com a sociedade, fazendo ainda uma breve caracterização da Universidade Federal de Sergipe.

2.1 TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY

Na geração de reforma administrativa ocorrida em meados nos anos 1990, surgiram debates a cerca da acessibilidade das informações e do aperfeiçoamento da prestação de contas dos órgãos à sociedade. Os debates levantaram o tema *accountability* e a colocaram na agenda de reforma, objetivando melhorar o controle e a participação da sociedade nas políticas públicas (PRADO, 2007).

Accountability pode ser definida como a obrigação de prestar contas do governante e assumir responsabilidades perante os cidadãos com o objetivo de criar transparência nas informações públicas despertando, assim, maiores condições de confiança entre governantes e governados (LEVY, 1999).

Atualmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é um instrumento que auxilia os governantes a gerir corretamente os recursos públicos a partir de regras determinadas e claras. A LRF aplica-se a todos os gestores de recursos públicos e em todas as esferas de governo, relativamente à gestão da receita e das despesas públicas, ao endividamento e à gestão do patrimônio público. Promove ainda a transparência da gestão pública como mecanismo de controle social, já que determina aos governantes a publicação de relatórios e demonstrativos da execução orçamentária e financeira.

2.2 CONTABILIDADE PÚBLICA

A contabilidade pública é uma das áreas fundamentais na gestão dos recursos públicos. É o ramo da ciência contábil que se dedica ao estudo do patrimônio dos entes públicos, orientando, controlando e registrando os atos e fatos da administração pública, devendo demonstrar o seu patrimônio e variações, bem como acompanhar e demonstrar a execução do orçamento.

A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados (art. 83 da Lei nº 4.320/1964)

Assim, a contabilidade pública tem como objetivo fornecer informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza física, orçamentária e financeira do patrimônio da entidade pública e suas variações, a fim de auxiliar no processo de tomada de decisão, na adequada prestação de contas dos recursos públicos e na instrumentalização do controle social.

Além das resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e da Secretaria do Tesouro Nacional, as principais leis que norteiam a contabilidade pública no Brasil são três, quais sejam:

- a) Lei nº 4.320/1964 que institui as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle de orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- b) Lei Complementar nº 101/2000, a tão conhecida Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
- c) Lei nº 10.180/2001 que organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

2.2.1 Receita Pública

Receitas públicas são todos os recursos instituídos e arrecadados pelo ente público, de caráter não devolutivo, com a finalidade de realizar gastos que atendam as necessidades ou demandas da sociedade (CARVALHO, 2008).

A lei nº 4.320/1964 classifica as receitas em duas categorias econômicas: receitas correntes e receitas de capital.

As receitas correntes são aquelas receitas oriundas do poder impositivo do Estado, sendo caracterizadas como as receitas tributárias, patrimonial, industrial, agropecuária, de contribuições, de serviços e as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes (BRASIL, 2008a).

De acordo com a Lei nº 4.320/64, em seu §2º do art. 11, descreve as receitas de capital da seguinte forma:

São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

A soma das receitas correntes e de capital corresponde ao total de recursos disponíveis ao ente público para a realização de políticas estruturantes e manutenção da estabilidade econômica do país. Para tanto, é a correta aplicação da receita, caracterizado pela realização da despesa pública, que promove à melhoria do bem estar da sociedade em geral.

2.2.2 Despesa Pública

Despesa é o conjunto de dispêndios realizados pelos órgãos públicos para a manutenção e funcionamento dos serviços prestados à sociedade em geral (CARVALHO, 2008).

Segundo Araújo & Arruda (2006, p. 110) a despesa pública pode ser definida como “o gasto ou o compromisso de gasto dos recursos governamentais, devidamente autorizados pelo poder competente, com o objetivo de atender às necessidades de interesse coletivo”.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, as despesas podem ser classificadas em orçamentárias e extra-orçamentárias. A despesa orçamentária é aquela que depende de autorização legislativa para sua execução, através da Lei orçamentária Anual (LOA) ou de créditos adicionais abertos durante o exercício financeiro (CARVALHO, 2008; BRASIL, 2008b). A despesa extra-orçamentária é aquela que não faz parte da LOA e compreende as saídas financeiras são “decorrentes do pagamento ou recolhimento de depósitos, cauções, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação da receita e quaisquer saídas para pagamentos das entradas de recursos transitórios, etc.” (CARVALHO, 2008, p. 292)

Segundo a categoria econômica, as despesas são ainda classificadas em Despesas Correntes e Despesas de Capital. As primeiras são aquelas “despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital”; as segundas são aquelas que contribuem para a formação ou aquisição de um bem de capital (BRASIL, 2008b, p. 36).

Figura 1 – Classificação da Despesa



a) Estrutura Programática da Despesa

De acordo com o Manual Técnico de Orçamento (2010) toda ação de governo é estruturada em programas orientados para que os objetivos definidos no PPA sejam realizados no período de 4 anos. A estrutura programática da despesa está organizada conforme quadro abaixo (BRASIL, 2010; CARVALHO, 2008).

Quadro 1- Estrutura Programática da Despesa

Programa	<ul style="list-style-type: none">▪ Programas Finalísticos.▪ Programa de Apoio às Políticas e Áreas Especiais.
Ação	<ul style="list-style-type: none">▪ Projetos e Atividades.▪ Operações Especiais.
Subtítulo	As atividades, projetos e operações especiais serão detalhados em subtítulos, utilizados especialmente para especificar a sua localização física, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade, do produto e das metas estabelecidas.
Meta Física	Meta física é a quantidade de produto a ser ofertado, de forma regionalizada (se for o caso), por ação num determinado período e instituída para cada ano.

Fonte: Carvalho (2008)

Atualmente os programas são organizados em dois tipos: Finalísticos e Apoio às Políticas e Áreas Especiais. Os programas finalísticos são aqueles que resultam de bens e serviços ofertados diretamente a população, cujos resultados possam ser mensuráveis. Já os programas de apoio às políticas e áreas especiais são programas voltados aos serviços típicos de Estado, ao planejamento, ao controle dos programas finalísticos, à formulação de políticas setoriais, etc., sendo composto inclusive por despesas tipicamente administrativas (BRASIL, 2010).

Programa é “instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido” (BRASIL, 2010, p. 40). Dessa forma, o programa de trabalho visa solucionar os problemas ou suprir as necessidades sociais.

As ações são as operações que resultam em bens e serviços que contribuem para efetivar o objetivo de um programa de trabalho. As ações são subdivididas em atividades, projetos e operações especiais. As atividades envolvem operações que se realizam de modo contínuo e permanente, resultando em um serviço ou produto necessário à manutenção da ação de governo; os projetos envolvem operações limitadas no tempo, da qual resulta em um aperfeiçoamento da ação de governo; já as operações especiais são aquelas despesas que não colaboram na manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações governamentais, não resultando em produto e não gere diretamente bens ou de serviços (BRASIL, 2010).

Em resumo, cada programa de trabalho é composto por ações que contribuem para atingir os objetivos do governo.

2.3 A UNIVERSIDADE PÚBLICA

Para que um país almeje o progresso econômico é fundamental que a componente educação seja uma das principais prioridades de Governo. Essa afirmação é reconhecida por Rezende (2001, p. 59) ao afirmar que:

a obrigatoriedade do ensino, prevista na Constituição, é uma forma de forçar o reconhecimento público da importância da educação e evitar que interesses mais imediatistas e/ou uma incorreta percepção de prioridades comprometa a canalização de recursos governamentais.

A universidade pública está centrada sobre a tríade ensino, pesquisa e extensão. Ela tem a função social de produzir o conhecimento e formar profissionais qualificados nas diversas áreas do conhecimento, existindo para servir a sociedade. Um dos principais desafios está em cada universidade estabelecer conexões entre o ensino, a pesquisa e as necessidades regionais, já que ela pode contribuir, ainda, de diversos modos para o desenvolvimento da localidade em que está inserida, a partir da melhoria da qualificação profissional, do desenvolvimento tecnológico, da promoção da inovação, dentre outros. (TARTARUGA, 2010; TAVARES FILHO e BERNARDES, 2004).

Conforme afirma Stal e Fujino (2005, p. 7),

As universidades têm assumido, nos últimos anos, as mais variadas funções. Sua missão, além da educação e formação de recursos humanos, inclui também a pesquisa e extensão, e cabe a elas assegurar o avanço da ciência.

A universidade pública tem tentado cumprir esse papel. Atualmente, são as universidades públicas que oferecem os melhores cursos de graduação e de pós-graduação e, em seu interior, é realizada a maior parte da produção científica, tecnológica e cultural.

2.3.1 A Universidade Federal de Sergipe

A Fundação Universidade Federal Sergipe, segundo o seu Estatuto, aprovado em 22/08/2002, com sede e foro no Município de Aracaju/SE, é uma entidade educacional de natureza fundacional pública, integrante da Administração Federal Indireta, destinada à promoção do ensino, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestões financeira e patrimonial (UFS, 2010a).

Criada em 28 de fevereiro de 1967, quando foi assinado o Decreto-Lei n.º 269, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) passou, então, a ser integrada ao sistema federal de ensino superior brasileiro. Entretanto, a UFS só veio a apresentar uma nova trajetória de crescimento significativa a partir de meados da década de 90, quando começaram a ocorrer melhorias em sua estrutura física, no aumento de número de cursos, na interação com a comunidade externa e na qualidade acadêmica (UFS, 2010).

Única instituição pública de ensino superior do estado de Sergipe, a UFS encerrou o ano de 2010 com 25.487 alunos matriculados, dentre alunos de cursos presenciais e à distância. No mesmo ano (2010) contava com 105 cursos de graduação e 38 de pós-graduação *stricto sensu*, dos quais 28 de mestrado, 2 de mestrado profissional e 8 de doutorado.

Inserida em uma estratégia nacional de consolidação do ensino superior, iniciou um processo de interiorização de suas atividades, o que resultou na implantação de *campi* universitários nos municípios de Itabaiana, Laranjeiras e, ainda em processo de implantação, no município de Lagarto. A implantação destes *campi* traz estímulo ao desenvolvimento socioeconômico dessas regiões e circunvizinhas, na medida em que amplia a inserção social através da educação de nível superior, pública, gratuita e socialmente reconhecida.

A UFS possui ainda um Hospital Universitário (HU) que, respeitadas as suas características de ensino, está integrado ao Sistema Único de Saúde – SUS de acordo com a legislação vigente e que abriga, em suas dependências, a unidade de Anatomia Patológica, o Núcleo de Processamento de Dados, o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, a administração, ambulatórios. O HU presta ainda serviços complementares e diagnósticos, laboratório de análises clínicas e farmácia, dentre outros. Possui Centro Cirúrgico, com 3 salas de cirurgia e enfermarias com capacidade máxima de 100 leitos, incluindo a UTI (UFS, 2011b).

3. METODOLOGIA

Para desenvolver uma pesquisa é necessário escolher o método a ser utilizado, já que existem várias formas de classificação das pesquisas. Logo, pode-se escolher uma ou várias modalidades de pesquisa de acordo com suas características do estudo.

Em função do seu objetivo, esta pesquisa é caracterizada como descritiva, pois segundo Neuman (1997) a pesquisa descritiva visa retratar com detalhes determinada situação, fato social ou relacionamento. Neste tipo de pesquisa, o pesquisador já possui um assunto bem definido e leva a pesquisa a detalhá-lo (NEUMAN, 1997). Essa caracterização decorre da proposta que este trabalho tem em demonstrar as despesas realizadas pela UFS no período 2007 - 2010.

Quanto à abordagem esta é considerada uma pesquisa quantitativa, já que as opiniões e informações são expostas em números a fim de que sejam classificadas e analisadas (ANDRADE, 2001).

Para Gil (2000), a pesquisa requer a obtenção de dados, existindo duas maneiras para adquiri-los: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a leitura de bibliografias especializadas acerca do tema abordado, assim como informações extraídas dos Relatórios de Gestão e do Sistema de Administração Financeira (SIAFI), a exemplo de balanços e balancetes.

3.1 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados que serviram de base para a elaboração do presente estudo foram extraídos dos relatórios de gestão da UFS, disponibilizados em meio eletrônico de acesso público no sítio da própria Universidade (<http://www.ufs.br>) e do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

No tratamento dos dados foi utilizada a análise documental, que “consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionadas” (RICHARDSON, 2007, p.230).

Para a pesquisa de caráter documental foram utilizados os documentos constantes no site da UFS. Os relatórios de gestão anuais disponibilizados no site da instituição são arquivos públicos que contém informações detalhadas sobre a universidade, como categorias de receita, despesa, assim como diversas informações que permitiram avaliar de forma mais detalhada a gestão da instituição.

4. RESULTADOS

Nos últimos anos, as despesas da Universidade Federal de Sergipe (UFS) têm crescido de forma significativa, notadamente entre 2008 e 2010. Essa perceptível realidade se expressa tanto numericamente, através dos significantes valores alocados para o desenvolvimento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), quanto qualitativamente através da evolução do número de cursos e vagas ofertados pela instituição (tabela 1).

Tabela 1 – Oferta de Vagas por *Campi*- UFS

	2005	2009	2010
Campus São Cristóvão	1850	3255	3820
Campus Saúde	160	350	340
Campus Itabaiana	-	500	500
Campus Laranjeiras	-	250	250
Total	2010	4355	4910

Fonte: COPAC/UFS

Observando a tabela 2, verifica-se que durante os anos de 2007 a 2010 as despesas executadas da UFS obtiveram um crescimento médio anual de 21%, merecendo destaque para o grupo Investimentos, o qual cresceu aproximadamente 74% nos últimos 4 anos. Ao comparar as despesas executadas dos últimos 2 anos, ou seja, nos exercícios de 2009 e 2010, percebe-se que ocorreu aumento em todos os grupos de despesas, principalmente no grupo de investimentos, com acréscimo de 93,3%.

Tabela 2 – Despesa executada nos anos de 2007 a 2010 por Grupo de Despesa
Dotação Total - UFS

Grupo de Despesa	2007	2008	2009	2010	Crescimento Médio Anual (%)
Pessoal e Encargos Sociais	143.180.948,13	164.808.683,14	214.211.030,27	250.518.694,24	21%
Outras Despesas Correntes	43.490.609,37	41.068.759,35	49.775.377,03	60.387.485,03	12%
Investimentos	15.639.103,89	7.796.530,75	21.628.197,06	41.802.744,38	74%
Total	202.310.661,39	213.673.973,24	285.614.604,36	352.708.923,65	21%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIAFI

Obs.: valores a preços correntes.

Ao se fazer uma análise anual, observa-se que, em todos os anos estudados, o grupo que representa a maior despesa executada é o de Pessoal e Encargos Sociais. Tomando como exemplo o ano de 2010, este grupo teve participação em 71% da dotação total executada pela UFS. Os expressivos montantes alocados para folha de pessoal e encargos sociais justificam-se devido à atividade principal da instituição, que é a prestação de serviços educacionais voltados para a formação humana em cursos de terceiro grau e da pós-graduação.

Esse grupo também ostentou, de acordo com a tabela 2, um grande crescimento durante o período compreendido entre 2007 e 2010. Esse fato deve-se aos aumentos salariais e

às novas contratações de servidores efetivos gerados com o intuito de atender ao novo processo de reestruturação das IFES a nível nacional. Na UFS, no período de 2009 a 2010, a dotação executada para este fim variou, em termos percentuais, em torno de 17%, passando de R\$ 214.211.030,27 em 2009 para R\$ 250.518.694,24 em 2010.

O grupo outras despesas correntes (ODC) é composto pelas alocações de créditos orçamentários para atender às despesas de custeio e manutenção das IFES e aos benefícios dos servidores efetivos tais como: Auxílio-Alimentação, Assistência Pré-escolar, Auxílio-Transporte e Assistência Médica e Odontológica, além da mais recente despesa obrigatória para os órgãos públicos, os exames periódicos.

Para uma melhor visualização da forma com que a ODC é executada decidiu-se pela demonstração da tabela 4 que evidencia as despesas executadas por programas e ações da Universidade no ano de 2010.

É importante destacar que o orçamento executado das IFES é composto por Dotação Direta e Destaques. O primeiro refere-se à execução dos créditos iniciais recebidos através da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo refere-se à execução dos créditos recebidos de outras instituições por movimentação interna e externa, ou seja, através de destaques orçamentários.

A execução do orçamento referente à dotação direta expressa melhor a política interna do órgão ao decidir a melhor forma de utilizar os recursos. No caso dos destaques, por ser transferência de orçamentos de outros órgãos, a instituição executora está sujeita a uma execução previamente programada através de projetos que foram aprovados pelos órgãos liberadores dos recursos. A tabela 3 demonstra os valores executados pela UFS através de dotação direta e de destaques.

Tabela 3 – Orçamento de ODC Executado pela UFS por fonte de recursos
2007 – 2010

Orçamento	2007	2008	2009	2010
Dotação Direta	28.142.010,53	28.509.878,33	31.275.268,65	48.017.994,70
Destaques	15.348.598,84	12.558.881,02	18.500.108,38	12.369.490,33
Total	43.490.609,37	41.068.759,35	49.775.377,03	60.387.485,03

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIAFI

Obs.: valores a preços correntes.

Pelo motivo já anteriormente explicado, este trabalho demonstra a execução de ODC somente através do orçamento executado referente à dotação direta da UFS. Nesse caso, para que se obtenha um melhor entendimento, far-se-á uma breve caracterização de cada programa/ação executado pela Universidade.

O programa Apoio Administrativo é composto basicamente por ações que se tratam de benefícios assistenciais aos servidores da instituição. Neste programa, destacam-se as ações Assistência Médica e Odontológica e Auxílio- Alimentação.

Objetivando a capacitação dos servidores da Universidade Federal de Sergipe, tem-se o programa “Gestão da Política de Educação”. Na execução deste programa, destaca-se, em 2010, a realização de cursos através da oferta de cursos à distância, o que provoca um alcance cada vez maior no número de servidores capacitados.

Fazendo parte dos programas finalísticos, tem-se: Brasil Escolarizado, Brasil Universitário e Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica. Cabe

ressaltar que esses programas são de fundamental importância para uma boa gestão universitária, pois são eles que formam o tripé, ensino, pesquisa e extensão.

O programa Brasil Escolarizado é formado por duas ações, quais sejam: Funcionamento do Ensino Médio na Rede Federal e Formação Inicial e Continuada à Distância. A primeira ação decorre do fato de que a UFS possui, ainda, uma escola ensino médio, o Colégio de Aplicação (CODAP), que tinha, em 2010, 457 alunos matriculados (UFS, 2011b). No que tange a segunda ação, este se refere a um programa maior do Governo Federal: a Universidade Aberta do Brasil. Sobre este programa o Relatório de Prestação de Contas afirma:

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um projeto construído pelo Ministério da Educação em parceria com os Estados, Municípios e Universidades Públicas de Ensino Superior para oferta de cursos de Graduação, Pós Graduação e de Extensão Universitária visando ampliar o número de vagas da educação superior para a sociedade, promover a formação inicial e continuada para os profissionais do magistério e para os profissionais da Administração Pública (UFS, 2011b, p.27).

O programa que possui maior dispêndio financeiro é o Brasil Universitário. No ano de 2010 respondeu por 63% de todo ODC. Esse maior gasto é plenamente justificável já que é neste programa que se encontram ações como os de assistência estudantil, extensão universitária, funcionamento dos cursos de graduação, dentre outros. Entretanto, como está sendo tratado somente das despesas correntes, neste programa merece maior destaque a ação Funcionamento de Cursos de Graduação. Esta ação objetiva possibilitar o funcionamento dos cursos de graduação na UFS para formar com qualidade os profissionais que atuarão em diversos setores da sociedade. É aí que se encontram as despesas referentes a manutenção de toda estrutura da universidade, tais como salas de aulas, laboratórios, material de consumo, limpeza, vigilância, conservação, etc.

Outra ação que também merece destaque no programa Brasil Universitário é o de Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação. Esta ação tem o objetivo de atender ao ensino de graduação da universidade. Para tal, oferece ao corpo discente benefícios como: restaurantes universitários, moradia para estudantes, diversos tipos de bolsas e assistência médica e social. Conforme o Relatório de Prestação de Contas:

Em relação à evolução do quantitativo físico, verificou-se no triênio 2008/2010 uma oscilação no número de alunos atendidos com as diversas bolsas e benefícios oferecidos pela instituição, apresentando um total de aproximadamente 2.731 alunos atendidos no exercício de 2010, equivalendo a um crescimento percentual de 8,67% em relação ao ano de 2008, e a uma queda percentual de 8,04% em relação ao exercício de 2009 (UFS, 2011b, p. 23).

É importante lembrar que a tabela 4 demonstra os valores referentes somente a Outras Despesas Correntes. Por este motivo, programas extremamente importante, a exemplo do REUNI, estão apresentando valores inexpressivos. No REUNI, os valores mais significativos são compostos de despesas de capital.

O programa Funcionamento dos Hospitais de Ensino também apresenta valores baixos haja vista a tabela estar tratando de orçamento executado através da dotação direta. O Hospital Universitário, por estar articulado com o SUS, também recebe transferências orçamentárias do Fundo Nacional de Saúde (FNS). Estas transferências, que possuem valores significativos decorrem de destaques orçamentários. Em resumo, o orçamento referente a dotação direta do Hospital Universitário é composto de despesas de Pessoal e Encargos Sociais e uma parte de ODC, mas grande parte das despesas de manutenção da Instituição é oriunda do FNS.

Tabela 4 – Grupo Outras Despesas Correntes Executadas por Programa/Ação

e Fonte de Recursos - Dotação Direta – 2010

Programas/Ações	2010		
	Tesouro	Recursos Próprios	Total
APOIO ADMINISTRATIVO	12.545.877,91	-	12.545.877,91
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	3.617.484,74	-	3.617.484,74
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	264.083,12	-	264.083,12
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	518.455,99	-	518.455,99

Programas/Ações	2010		
	Tesouro	Recursos Próprios	Total
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	7.960.769,53	-	7.960.769,53
Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	185.084,53	-	185.084,53
BRASIL ESCOLARIZADO	3.988.824,14	-	3.988.824,14
Funcionamento do Ensino Médio na Rede Federal	17.933,95	-	17.933,95
Formação Inicial e Continuada à Distância	3.970.890,19	-	3.970.890,19
GESTÃO DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO	75.614,14	11.525,20	87.139,34
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	75.614,14	11.525,20	87.139,34
BRASIL UNIVERSITÁRIO	26.820.153,30	3.334.214,81	30.154.368,11
Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação	6.465.763,48	-	6.465.763,48
Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária	38.279,35	90.000,00	128.279,35
Funcionamento de Cursos de Graduação	18.064.340,78	2.984.505,76	21.048.846,54
Funcionamento dos Hospitais de Ensino	164.354,39	259.709,05	424.063,44
Reuni - Readequação da Infra-Estrutura da Universidade Federal de Sergipe	7.922,59	-	7.922,59
Expansão do Ensino Superior - Campus de Itabaiana	2.079.492,71	-	2.079.492,71
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	142.714,96	1.099.070,24	1.241.785,20
Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação	142.714,96	728.550,28	871.265,24
Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados		370.519,96	370.519,96
Total	43.573.184,45	4.444.810,25	48.017.994,70

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIAFI

Por fim, o programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica é composto por duas ações, a saber: Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação e Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados.

Para efetivação da ação Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação, este conta com recursos executados provenientes de créditos da dotação direta da UFS equivalente a 3% do ODC executado total, sendo aportado R\$ 1.241.785,20 para esta ação. Destes, 89% são oriundos de créditos dos recursos próprios da universidade que, neste caso, são gerados a partir da realização dos cursos de especialização (UFS, 2011b).

No que tange a ação Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados, este tem como objetivo garantir o fomento da pesquisa científica e tecnológica e a publicação de seus resultados. Apesar dos baixos recursos destinados a este fim (R\$ 370.519,96), a meta física prevista do número de pesquisas publicadas era de 3300, sendo realizada 3.671, ou seja, observa-se que a meta superou a prevista em 11,24%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma breve análise das despesas executadas pela UFS evidencia que elas vêm corroborar o crescimento que a instituição vem obtendo nos últimos anos. Entre 2007 e 2010 houve um crescimento médio anual de 21% na Instituição de Ensino estudada. Esse aumento pode ser percebido nas despesas realizadas através de todos os grupos de despesa executados

pela Instituição, sendo que o maior crescimento deve-se ao grupo Investimentos onde se verifica um aumento de 74% entre os anos estudados.

O aumento nas despesas acontece em função da ampliação na estrutura da universidade ocorrida em decorrência da elevação do número de alunos matriculados na graduação (presencial e à distância) e pós-graduação *stricto sensu*, que, juntos, possuíam 14.586 alunos em 2007, saltando para 26.570 em 2010, representando um acréscimo de 82%.

É importante ressaltar que esse desenvolvimento da UFS é fruto de políticas públicas que vislumbram a inserção social através da educação superior e decorre de uma política nacional corroborada com os gestores locais. Os programas e ações desenvolvidos pela UFS encontram-se formuladas em uma política de educação nacional. Entretanto, para que seja garantida a execução das ações necessárias aos fins inicialmente propostos, os gestores das universidades também devem pensá-las como um mecanismo de inserção social. No caso da UFS, vislumbra-se a tentativa de seus gestores em gerir de forma adequada os recursos que lhe são conferidos. Esse fato pode ser percebido pelo bom crescimento que a instituição vem obtendo através dos números apresentados neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 5ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão S.; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade Pública:** da Teoria à Prática. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. **Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm> Acesso em 15 mai. 2011.

_____. **Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000.** Estabelece normas públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em 15 mai. 2011.

_____. Ministério da Fazenda. **Manual de Receita Nacional:** aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2008a.

_____. Ministério da Fazenda. **Manual de Despesa Nacional.** Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2008b.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento (MTO).** Versão 2011. Brasília, 2010.

CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e Contabilidade pública:** teoria, prática e mais de 800 exercícios. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CORBUCCI, P. R. **Desafios da educação superior e desenvolvimento no Brasil.** Texto para discussão, n. 1287. Brasília: Ipea, 2007. 32 p.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEVY, Evelyn. Controle social e controle de resultados: um balanço dos argumentos e da experiência recente. **O público não-estatal na reforma do Estado.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

NEUMAN, Lawrence W. **Social Research Methods: Qualitative and Quantitative Approaches**. 3. ed. Boston: Allyn & Bacon, 1997.

PRADO, Otávio, et al. Discursos, prestação de contas e responsabilização democrática nas reformas da gestão pública. In: EnANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007.

REZENDE, Fernando Antônio. **Finanças Públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2007.

STAL, Eva; FUJINO, Asa. As relações universidade-empresa no Brasil sob a ótica da Lei de Inovação. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 5-19, 2005.

TARTARUGA, Iván G. P. As inovações nos territórios e o papel das universidades: notas preliminares para o desenvolvimento territorial no Estado do Rio Grande do Sul. **Textos para Discussão FEE**, Porto Alegre, n. 81, set. 2010.

TAVARES FILHO, João Pedro; BERNARDES, José Francisco. Desafios das Universidades Empreendedoras: Universidade Tradicional x Universidade Corporativa. In: **IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Estatuto**. Edição 2010. São Cristóvão: UFS, 2010.

_____. **Relatório de Gestão 2010**. São Cristóvão: UFS, 2011a.

_____. **Relatório de Gestão – Prestação de Contas 2010**. São Cristóvão: UFS, 2011b.